



Migrações Portugal/Brasil e reconhecimento de estudos: trajetórias de vida de imigrantes

Portugal-Brazil migrations and recognition of studies: immigrant life paths

Migraciones Portugal/Brasil y reconocimiento de estudios: trayectorias de vida de los inmigrantes

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira*

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, PR, Brasil

Resumo

Em todos os tempos, por diversas razões, os homens saíram de sua terra de origem, sozinhos ou em grupos, buscando novos desafios e oportunidades. Na formação do Brasil, foi decisiva a vinda de portugueses e africanos que, unindo-se aos indígenas e a gentes de várias regiões do mundo, contribuíram para a constituição da nação brasileira. Sabe-se que a imigração portuguesa foi uma constante na história do Brasil. Na segunda metade

* AMDPV: Doutora em Educação, e-mail: alboni@alboni.com

do século XX, apesar do declínio no processo migratório, ainda havia portugueses vindo ao Brasil e se instalando, dentre outros lugares, em Curitiba. O que esperavam encontrar e o que encontravam na terra escolhida? Alguns deles esperavam poder continuar a estudar no Brasil, mas os estudos realizados em Portugal não eram considerados. Isso dificultava e, não raro, impedia a continuidade na formação. Partindo desses pressupostos, a pesquisa tem por objetivo discutir a questão do reconhecimento, no Brasil, da escolaridade adquirida em Portugal, pelos imigrantes portugueses vindos a Curitiba na segunda metade do século XX. Para reconstruir o período, a metodologia empregada foi a história oral, na modalidade história de vida, numa perspectiva interdisciplinar. Colaboraram com as entrevistas imigrantes portugueses radicados em Curitiba. Discutidos e interpretados os dados coletados, os resultados evidenciaram não só as dificuldades enfrentadas pelos estrangeiros quanto ao reconhecimento dos estudos realizados fora do país, como também as alternativas buscadas por eles para superar essa dificuldade.

Palavras-chave: Migrações. Reconhecimento de Estudos. História oral.

Abstract

During all times, for various reasons, men left their homelands, alone or in groups, seeking new challenges and opportunities. In the shaping of Brazil, one key aspect was the arrival of Portuguese and Africans who, along with the native Indians and people arising from various regions of the world, contributed to the constitution of the Brazilian nation. Portuguese immigration was a constant in the history of Brazil. In the second half of the 20th century, despite the decline in the migratory process, the Portuguese were still coming to Brazil and settling down in places such as Curitiba. What did they expect to find and what did they find in the chosen land? Some of them expected to resume their studies in Brazil, but the studies carried out in Portugal were not considered. This complicated and often prevented the resumption of their education. Based on these assumptions, the research aims to discuss the recognition in Brazil of the schooling acquired in Portugal by the Portuguese immigrants who came to Curitiba in the second half of the 20th century. To reconstruct the period, we adopted the methodology of oral history, in the life history modality, in an interdisciplinary perspective. Portuguese immigrants settled in Curitiba collaborated with the interviews. When the data collected were discussed and interpreted, the results showed not only the

difficulties faced by foreigners regarding the recognition of studies carried out abroad, but also the alternatives sought by them to overcome this difficulty.

Keywords: *Migrations. Recognition of studies. Oral history.*

Resumen

En cada momento, por distintas razones, los hombres han salido de su tierra natal, solo o en grupo, en busca de nuevos desafíos y oportunidades. En la formación de Brasil fue decisiva la venida de portugueses y africanos, que uniéndose a los indígenas y a personas de diversas regiones del mundo contribuyeron para la formación de la nación brasileña. Se sabe que la inmigración portuguesa ha sido una constante en la historia de Brasil. En la segunda mitad del siglo XX, a pesar del descenso en el proceso de migración, todavía había portugueses que venían a Brasil y se instalaban, entre otros lugares, en Curitiba. ¿Qué esperaban encontrar y que encontraron en la tierra elegida? Algunos de ellos esperaban seguir estudiando en Brasil, pero los estudios llevados a cabo en Portugal no eran considerados. Esto hacía difícil y, a menudo, impedía la continuidad en la formación. Partiendo de esas premisas, la investigación tiene por objetivo discutir la cuestión del reconocimiento, en Brasil, de los estudios realizados en Portugal por los inmigrantes portugueses en la segunda mitad del siglo XX. La metodología utilizada fue la historia oral, en la modalidad historia de vida, con una perspectiva interdisciplinaria. Quienes colaboraron con las entrevistas fueron inmigrantes portugueses que viven en Curitiba. Discutidos e interpretados los datos recogidos, los resultados mostraron no sólo las dificultades enfrentadas en Brasil para los extranjeros en materia de reconocimiento de estudios, así como las alternativas buscadas para superar esa dificultad.

Palabras clave: *Migraciones. Reconocimiento de estudios. Historia oral.*

Introdução

Migrar faz parte da vida do homem no mundo. Em todos os tempos e por diversas razões, os homens saíram de sua terra de origem, sozinhos ou em grupos, em busca de novos desafios e oportunidades.

A existência das migrações marcou a vida das sociedades, de tal modo, que Baudin (1957) chegou a afirmar ser a história feita dos movimentos dos homens no tempo e no espaço.

Na formação do Brasil, foi decisiva a vinda de portugueses e africanos, cada um com sua herança cultural, os quais, mais tarde, unindo-se aos povos indígenas e a gentes de várias regiões do mundo, contribuíram para que a nação brasileira se constituísse. Em Portugal, a contínua mobilidade das pessoas levou Godinho (2009) a considerar a emigração uma “constante estrutural” da demografia portuguesa.

O estudo das relações entre Brasil e Portugal é bastante explorado, sobretudo no que se refere às descobertas marítimas e à colonização do Brasil por Portugal. Pode-se dizer, contudo, que, no Brasil, os estudos relativos à segunda metade do século XIX e ao século XX, período em que se desenvolveram as relações de produção capitalista, com o surgimento da classe operária portuguesa e durante o qual a emigração portuguesa foi uma constante na história dos dois países, ainda são escassos. Por sua complexidade e riqueza, esse período merece aprofundamento de estudos, dentre os quais se insere a análise das motivações que determinaram a vinda de emigrantes portugueses ao Brasil e das dificuldades que encontraram na nova terra.

Após a Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, muitos dos portugueses que habitavam o Brasil resolveram retornar a Portugal. Outros, no entanto, preferiram continuar nele radicados, permanência essa que caracterizou não mais uma “migração interna”, mas uma “migração de carácter internacional” (ROCHA-TRINDADE; CAEIRO, 2000, p. 5-6).

O novo Estado independente, para assegurar seu progresso e desenvolvimento, reconheceu a “necessidade do recurso a quantidades muito significativas de mão-de-obra para o sector primário da agricultura e da mineração, bem como para a ocupação física e consolidação das fronteiras do imenso território brasileiro” (ROCHA-TRINDADE; CAEIRO, 2000, p. 6). Gradativamente, foi-se abolindo a escravidão no País e estimulando-se

a imigração, sobretudo de europeus, com destaque para italianos, espanhóis, alemães, poloneses e portugueses.

Com o fim da escravatura, em 1888, e a proclamação da República, em 1889 — acontecimentos que originaram profundas alterações na corrente migratória portuguesa —, o governo brasileiro passou a efetivamente incentivar a emigração espontânea, oferecendo vantagens como o pagamento da viagem e a possibilidade de serem firmados contratos. Portugal, à época, não apresentava o mesmo desenvolvimento das demais nações europeias, que haviam se beneficiado dos frutos da Revolução Industrial e do comércio internacional. A exploração dos recursos das colônias africanas tinha contribuído mais para garantir vantagens ao setor privado do que ao público. Em muitas regiões do país havia escassez de trabalho, pobreza e desesperança.

Em um cenário com tais dificuldades econômicas, a motivação para partir em busca de progresso e da realização de sonhos era estimulada pela notícia do sucesso dos que haviam partido ou, ainda, pelas informações e relatos de familiares, vizinhos e conhecidos. Entre os portugueses, permanecia a ideia de que a ex-colônia era uma terra de abundância e de oportunidades, com a vantagem de possuir uma língua e uma civilização idênticas.

Para Cepeda (1995), a motivação para a ocorrência de movimentos migratórios poderia ter as mais diversas causas, tais como: “espírito de aventura; fuga à fome, às intempéries, às perseguições políticas e religiosas; procura de solos férteis e terras menos povoadas; tentativa de arranjar emprego em países mais desenvolvidos; melhoria das condições de trabalho e de salário” e, ainda, “estimulação de poupanças com vista a um certo desafogo econômico; satisfação de uma necessidade de conhecer novas terras” (CEPEDA, 1995, p. 9).

No caso da imigração portuguesa para o Brasil, no final do século XIX, porém, de acordo com Pasckes (1991), a ideia do *eldorado* brasileiro foi a grande motivação. Essa motivação, que aos poucos adquiriu os contornos de uma verdadeira miragem, encontrava respaldo no fato de que, de um modo geral, os imigrantes, ainda que analfabetos e dispendo

de poucos recursos quando de sua chegada ao Brasil, acabavam por prosperar e até enriquecer.

Embora os dados estatísticos sobre a emigração portuguesa não sejam precisos, estima-se que, entre 1850 e 1960, 1.700.000 portugueses vieram ao Brasil (ROCHA-TRINDADE; CAEIRO, 2000, p. 6). Esses números não compreendem a emigração clandestina, na qual se incluíam os que não possuíam contrato de trabalho e os viajantes masculinos portadores de bilhetes de 1ª ou 2ª classe.

Homens até aos 35 anos, que não tivessem satisfeito as suas obrigações militares; indivíduos com cadastro policial ou em fuga à justiça por crimes cometidos; funcionários, legalmente impedidos de emigrar; menores, fugidos à tutela de seus pais - só poderiam partir à margem do sistema legal e administrativo então em vigor (ROCHA-TRINDADE; CAEIRO, 2000, p. 18).

Outros dados indicam que, de uma população de aproximadamente 5 milhões no final do século XIX, mais ou menos 300.000 trabalhadores vieram para o Brasil, ou seja, 6% da população total. A maior parte dos emigrantes vinha das regiões da Beira Litoral, da Beira Alta e da cidade do Porto, conforme Evangelista (1971). Chegados ao Brasil, dirigiam-se a cidades ou ao interior, onde iam trabalhar nas fazendas de café.

“Falava-se das riquezas imensas acumuladas em pouco tempo, tendo simplesmente um pouco de sorte e de habilidade; e não havia português que não confiasse nesses dois factores, o primeiro dos quais sempre tão inconstante e duvidoso” (ROCHA-TRINDADE; CAEIRO, 2000, p. 15).

A grande maioria dos portugueses vindos ao Brasil se estabelecia em Belém (Pará), Salvador (Bahia), Santos, Rio de Janeiro e São Paulo. Um número menor do que o que optava por essas localidades deslocou-se posteriormente ao Paraná, sobretudo vindo do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esse fenômeno migratório manteve-se durante o século XX, embora em menor número.

Segundo Venâncio (2007), na década de 1930, foram registrados os primeiros sinais de declínio do secular fluxo migratório lusitano para o

Brasil. Essa situação se manteve até a década de 1950, quando foi possível observar o ressurgimento de breve fluxo de imigração portuguesa, que durou até os anos 60. Contudo, “em fins da década de 1960 e início da de 1970, as guerras de descolonização na África e os conflitos políticos internos a Portugal, associados às perspectivas abertas pelo ‘milagre econômico’ brasileiro, alimentaram uma retomada dos movimentos migratórios” (VENÂNCIO, 2007, p. 74). Considerando-se essa circunstância, que teriam sido as motivações que levaram portugueses, na metade do século XX, a vir para o Brasil e a se instalarem em Curitiba? O que esperavam encontrar e o que encontravam na terra escolhida? No recorte histórico desta pesquisa, dar-se-á atenção a aspectos educacionais, mais especificamente à possibilidade de continuar, no Brasil, estudos que haviam sido iniciados em Portugal. Como objetivo específico, discute-se a questão da validação ou não, no Brasil, da escolaridade adquirida, em Portugal, pelos imigrantes portugueses vindos a Curitiba na segunda metade do século XX.

Desenvolvimento

A Curitiba da segunda metade do século XX

Fundada em 29 de março de 1693, Curitiba teve período acentuado de desenvolvimento a partir de 1910, mas foi na década de 1960 que se iniciou o processo de planejamento da cidade no sentido moderno do termo.

Em 1970, a população de Curitiba era de 609.026 habitantes, crescendo a uma taxa média de 5,34% ao ano, ao mesmo tempo em que o número de veículos registrados na cidade crescia a uma taxa média em torno de 10% ao ano (IBGE, 1970), acarretando crescentes problemas de circulação e transporte, que exigiam uma intervenção imediata e ampla, com o objetivo de se evitar problemas futuros.

Essa taxa de crescimento era consequência da modernização da agricultura ocorrida no interior do Estado, causa do fluxo migratório

do interior para a capital. Nos municípios periféricos, o crescimento fora ainda maior, com taxas em torno de 13 a 14%, causando significativo impacto em Curitiba (IPPUC, 2002a). Problemas de circulação e transporte, além do estrangulamento dos setores de serviços, haviam surgido. O congestionamento de veículos provocava problemas de estacionamento, perda de fluidez de tráfego e poluição. A concentração de serviços quase que exclusivamente no centro da cidade não mais se justificava.

Diante desse crescimento, o Plano Diretor da cidade, elaborado em 1965 e que ainda não havia sido implementado, começou a se tornar realidade. “Pela primeira vez tornou-se possível transformar as pranchetas dos urbanistas não em fábricas de sonhos, mas em ferramentas de trabalho” (CURITIBA, 1975, p. 4). As medidas para o descongestionamento da área central, a preservação do centro tradicional, a necessidade de equipar toda a cidade e a criação do suporte econômico para o desenvolvimento do Município estavam previstas no Plano. Essas ações, por sua vez, haviam sido pensadas a partir de uma visão integrada de cidade, e, uma vez desencadeadas, trouxeram sua transformação sob o ponto de vista físico, econômico, social e cultural, sem desconsiderar a forte preocupação ambiental nelas registrada. Era preciso adotar um zoneamento coerente, limitando o crescimento da área central, mas expandindo os setores comercial e de prestação de serviços ao longo dos dois eixos estruturais. Era preciso separar o anel de tráfego lento, dos veículos que se dirigiam ao centro, do tráfego rápido, característica das estruturais.

A transformação física iniciou-se com a abertura das avenidas que se convencionou chamar de “estruturais”. Essas vias estruturais constituíam “verdadeira ossatura do processo de desenvolvimento dirigido” e, nas ligações prioritárias, possibilitavam “ir de uma estrutural a outra sem necessidade de utilizar o centro tradicional” (IPPUC, 2002b, p. 42). Na nomenclatura utilizada para as avenidas havia, além das vias rápidas estruturais, uma hierarquia de outras vias, composta por rodovias de acesso, vias coletoras, avenidas de ligação entre bairros, avenidas e praças para a circulação de pedestres.

Considerando-se o crescimento limitado da área central, propôs-se uma expansão do setor comercial e de prestação de serviços ao longo de dois eixos, formados por aquelas avenidas. O planejamento do trânsito visou a conciliar as exigências decorrentes do tráfego de veículos às necessidades, aspirações e perspectivas humanas, dentro de uma visão integrada e global dos problemas de mobilidade. Implantou-se o anel de tráfego lento como filtro de veículos que demandavam ao centro, separando o tráfego rápido, próprio das estruturais, do tráfego lento, próprio das áreas comerciais. Essa solução garantiu a circulação rápida de passagem e o sistema de transporte de massa.

A grande novidade ficava por conta do sistema trinário básico, no qual a via central era composta por uma via exclusiva destinada ao tráfego de ônibus expresso, ladeada por duas vias de tráfego lento, o que possibilitou levar, progressivamente, em direção aos bairros, atividades que até então eram restritas ao núcleo central. Concomitantemente, estimulou-se a população a utilizar o transporte coletivo público.

Em 1971, foram criados os primeiros terminais, estações de transbordo e abrigos equipados, e, em 1979, entrou em operação a primeira linha interbairros, integrando diversas áreas da cidade, sem passar pelo centro. Em 1980, implantou-se a Rede Integrada de Transporte – RIT, com a entrada em operação das estações de transferência, a integração físico-tarifária e a adoção da tarifa social, em que os percursos mais curtos passaram a subsidiar os mais longos. O sistema permitia ao usuário o deslocamento de um ponto a outro da cidade, utilizando mais de um tipo de linha de ônibus (expresso, alimentador e interbairros), com o pagamento de uma única tarifa. Em 2002, a rede de transporte era formada por um conjunto de “cinco eixos estruturais de transporte de massa, totalizando 60 quilômetros de vias exclusivas, complementadas por 270 quilômetros de linhas alimentadoras, 185 quilômetros de linhas interbairros e 260 quilômetros de linhas do ligeirinho” (IPPUC, 2002b, p. 47).

O conjunto de ações desencadeadas na década de 70, incluindo a questão do transporte coletivo, possibilitou uma mudança significativa na cidade. O Plano propiciou o início do processo de industrialização,

com a elaboração do Projeto da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em 1974, além de intensificar investimentos na área física e na econômica. Enquanto no resto do país se observava a multiplicação de indústrias isoladas na malha urbana, ocasionando concentração de poluição, em Curitiba se buscava definir novos espaços para a construção de indústrias, com legislação ambiental que restringia a instalação de indústrias poluentes. Foi providenciada, também, a integração da Cidade Industrial com o sistema viário urbano de Curitiba, sendo criados os Setores Especiais Conectores, que ligavam aquela região ao Setor Estrutural. Procurou-se encontrar, em todos os momentos, soluções técnicas que não causassem problemas mais graves do que aqueles que se procurava resolver. A transformação econômica da cidade ocorria paralelamente à sua transformação física.

Em tal contexto de mudanças, no início da década de 90, foi transformada também a forma de gestão do Município, que buscou compartilhar suas responsabilidades com a iniciativa privada, por meio de parcerias. A cidade deu prosseguimento a investimentos na área da saúde e da educação, do transporte e da habitação, da abertura de espaços culturais, da preservação ambiental, do emprego, da produção comunitária.

Essa foi a Curitiba em transformação que os imigrantes portugueses, os quais a escolheram como nova morada, vieram a encontrar no decorrer da segunda metade do século XX.

História oral

Como metodologia, além da pesquisa bibliográfica, empregou-se a história oral, na modalidade história de vida, numa perspectiva interdisciplinar. De acordo com Julia, “o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira” (2001, p. 17). Assim, na realização da pesquisa, buscou-se reunir o que foi possível, interrogando-se os traços deixados pelo passado com o fim da reconstrução de fatos históricos.

A escolha da história oral como procedimento decorreu pelo fato de poder ser empregada em pesquisas sobre temas recentes, ao alcance da memória dos entrevistados.

Segundo Alberti (2004, p. 21), “a realização de entrevistas pressupõe o estudo de acontecimentos e/ou conjunturas ocorridos num espaço de aproximadamente 50 anos”.

A história oral, utilizada como fonte de pesquisa, consiste “na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2004, p. 155). Por sua característica subjetiva, privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história. Os depoimentos orais serão transformados em fontes, e as fontes em monumentos, na acepção de Le Goff (2003), pela análise do historiador.

Optou-se pela realização de entrevistas de história de vida, envolvendo a trajetória do entrevistado, a partir da infância, com menção de diversos acontecimentos que presenciou ou vivenciou. Embora a entrevista tenha se concentrado na história de vida dos entrevistados, a análise privilegiou os temas de interesse na pesquisa. *In casu*, a experiência e a vivência dos entrevistados em Portugal e no Brasil, suas motivações e expectativas em relação à continuidade dos estudos.

Ao beneficiar-se de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas, como a antropologia, a história, a literatura, a sociologia e a psicologia, por exemplo, o trabalho com a história oral assume a forma interdisciplinar por excelência. A preocupação central no emprego dessa fonte, destaca Ferreira (2002, p. 328), “é garantir o máximo de veracidade e de objetividade nos depoimentos orais produzidos”.

Colaboraram com as entrevistas imigrantes portugueses radicados em Curitiba. Após a discussão e interpretação dos dados coletados, os resultados evidenciaram não só as dificuldades criadas no Brasil para os estrangeiros no que dizia respeito à equivalência dos estudos realizados fora do país, como também as alternativas buscadas por eles para superá-las.

A escolha dos entrevistados, inicialmente, foi feita com base nos registros da Sociedade Portuguesa Beneficente 1º de Dezembro, fundada em 10 de novembro de 1878, em Curitiba, por portugueses, com o objetivo de promover ações para “estretar as relações de amizade e desenvolvimento cultural da comunidade luso brasileira” (ESTATUTOS, 1878). Não houve acolhimento, no entanto, por parte dos associados da entidade, em participar das entrevistas. Com idade avançada, preocupados com outras questões existenciais, se escusaram de responder a perguntas relativas ao seu passado.

Não tendo obtido sucesso junto aos associados mais antigos da Sociedade Portuguesa, a autora foi em busca de informações que lhe possibilitassem o contato com sujeitos que atendessem ao perfil desejado. Constatou, então, que a dificuldade maior residia no fato de que um número relativamente pequeno de imigrantes vindos para Curitiba na segunda metade do século XX estaria vivo e em condições de participar da pesquisa. Inobstante essa questão, duas pessoas foram localizadas e se dispuseram a conceder longas entrevistas à pesquisadora, as quais forneceram subsídios para o estudo.

Para a realização das entrevistas, além das providências preliminares relativas ao convite e à cessão de direitos sobre o depoimento para uso dos dados na pesquisa, foram utilizados equipamentos de gravação e reprodução de áudio. De acordo com os especialistas, a vantagem dos arquivos sonoros digitalizados é a qualidade de reprodução do som e da imagem, o que motivou a opção da pesquisadora.

Durante a realização das entrevistas foram tomados todos os cuidados para que o documento não perdesse sua qualidade técnica, de forma a explorar ao máximo as fontes de conhecimento e reflexão nele contidas. As entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora, que observou os procedimentos recomendados pela metodologia da história oral. Notas de campo, contendo as reflexões pessoais sobre a atividade, também foram redigidas com regularidade.

De cada entrevista fez-se o processamento, que consistiu na passagem da entrevista de forma oral para a escrita, compreendendo as

etapas de transcrição, conferência de fidelidade da transcrição e copidesque. Essas tarefas são demoradas e “requerem dedicação, paciência e sensibilidade”, como alerta Alberti (2004, p. 173-174).

A transcrição constituiu a primeira versão escrita do depoimento, embasada em traduzir para a linguagem escrita aquilo que foi gravado, com absoluta fidelidade. Seguiu-se uma conferência de fidelidade da transcrição, realizada escutando o depoimento e ao mesmo tempo lendo sua transcrição. Nessa oportunidade, foram corrigidos erros, omissões e acréscimos feitos indevidamente pelo transcritor.

Na etapa do copidesque, a entrevista foi submetida a um último tratamento para que pudesse ser consultada em sua forma escrita. Observa Alberti (2004) que “porque o documento de história oral guarda uma especificidade que o distingue de outras fontes, convém preservar as características da linguagem falada” (ALBERTI, 2004, p. 214).

O copidesque mantém as informações de que a pesquisadora necessita para fazer a análise das fontes produzidas. Os depoimentos orais foram utilizados como discursos a serem decifrados, com o auxílio das técnicas de análise do discurso. A análise do discurso considerou as condições de produção do discurso, a noção de tempo e espaço histórico, traduzindo a expressão dos sujeitos no mundo que explicitasse sua identidade. Para análise de conteúdo, foi adotada a orientação de Bardin (2011), que a explicita como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 42).

O conteúdo das entrevistas realizadas com os imigrantes portugueses residentes em Curitiba foi submetido a um sistema de categorias, elaboradas de acordo com os objetivos específicos a serem alcançados. Na definição das categorias, foram atendidas as observações feitas por Ribeiro (2003, p. 285):

Em primeiro lugar, deve assegurar-se da sua exaustividade e exclusividade mútuas, isto é, cada categoria deve abranger a totalidade dos significados possíveis com ela relacionados, pelo que se recomenda a sua definição rigorosa, para evitar a ambiguidade e sobreposição entre categorias decorrente do facto de um elemento poder ser classificado em mais do que uma delas. [...]

Por outro lado, o investigador deve prosseguir objetivos de procura de objectividade e fidelidade das categorias, procurando reduzir, na medida do possível, os efeitos de subjectividade na classificação e codificação do material em análise (variação temporal e intercodificadores dos juízos)

A pertinência e a produtividade das categorias são qualidades igualmente importantes a ter em conta (RIBEIRO, 2003, p. 285-286).

Dentre essas categorias, seleccionou-se a relativa aos estudos realizados pelos imigrantes em sua terra natal, que constitui objeto deste artigo.

Os entrevistados e o reconhecimento da escolaridade

O primeiro dos entrevistados, que denominaremos Manuel, preservando sua identidade, veio para Curitiba em 1954, com 12 anos de idade. Conta que, na década de 1950, havia pouco trabalho em Portugal e seu pai, que era mestre de obras na província do Ribatejo, ansiava por um lugar melhor para sua atuação profissional e para sua família. Como conhecia patrícios que dirigiam uma construtora em Curitiba, por meio deles formalizou uma carta de chamada, documento que era obrigatório para emigrar, atestando que possuía destino certo no Brasil. Em 1952, o pai de Manuel chegou a Curitiba, no Paraná. A família, composta pela mãe e quatro irmãos, o mais velho dos quais com 16 anos e o mais novo com 4, havia permanecido em Portugal, até que os recursos que o pai obtivesse fossem suficientes para trazê-la a Curitiba, o que ocorreu em 1954.

A mãe, acometida de tuberculose, veio a falecer em 1958, época em que o entrevistado iniciou sua vida profissional como *office boy* numa fábrica de caminhões que tinha filial em Curitiba. Com a morte da mãe, o pai, ainda jovem, decidiu residir em São Paulo, deixando os quatro filhos radicados em Curitiba à sua própria sorte. Manuel casou-se no ano seguinte, em 1959, tendo então recebido de sua esposa e da família dela apoio para propiciar aos irmãos menores a melhor educação que fosse possível. O falecimento da mãe e a separação do pai haviam aumentado suas responsabilidades familiares sensivelmente. Apesar disso, Manuel pensou em continuar seus estudos, num primeiro momento procurando validar a escolaridade realizada em Portugal no Brasil. Sobre essa questão, narra:

tem a ver que na época, quando cheguei ao Brasil eu já estava encerrando o segundo ciclo em Portugal, mas os documentos não foram considerados válidos pelo governo do Brasil, uma vez que existiam muitos tratados como ainda hoje existem, tratados feitos nos jantares de visitas cordiais e amizade, mas que para se transformarem em leis e valerem efetivamente para os cidadãos têm que passar pelos órgãos competentes e isso não existia e foi reconhecido somente portanto o diploma do curso primário.

Manuel conta que já havia concluído o ginásio em Portugal. Apesar disso, como os estudos não obtiveram equivalência no Brasil, matriculou-se novamente no ginásio, em Curitiba. Contudo, em função dos fatos narrados, uma vez que era a principal fonte de renda para manutenção da família, não lhe foi possível trabalhar e estudar ao mesmo tempo, o que o levou a desistir de cursar o ginásio. A partir daí sua formação intelectual e profissional ocorreu sempre como autodidata.

Apesar de não possuir título formal de conclusão do ginásio, conseguiu chegar a cargo de responsabilidade na empresa em que trabalhava, em face de sua dedicação e competência. Assim, comenta: aos 23 anos, *mesmo sendo autodidata, eu já tinha uma posição invejável numa das principais multinacionais no Brasil.*

Para Manuel, o Brasil continua sendo uma terra de grandes oportunidades, se bem que com outras características, considerando a evolução do país e a própria mudança do mundo, com a tecnologia da informação. Destaca que a opção de seu pai pelo Paraná teve a ver com as oportunidades que o estado oferecia. Não sem razão, seus irmãos igualmente conseguiram postos de destaque no mercado de trabalho. Porém, mais poderia ter obtido se, no campo educacional, houvessem possibilidades similares.

A segunda entrevistada, que denominaremos Manuela, veio para o Brasil a trabalho, na década de 1990. Em Portugal, na cidade do Porto, tinha uma empresa com seu ex-esposo, a qual vendia produtos para o Brasil. A diferença cambial entre moedas, à época — dólar e cruzeiro — resultava em lucros expressivos. Com o Plano Real, porém, essa vantagem acabou, motivando a vinda do casal para Curitiba, onde instalou uma nova empresa de venda de material de engenharia especializada.

Pessoalmente, no entanto, a vida de Manuela sofreria um revés, com a separação do marido e a saída da empresa. Como Manuela estudava Belas Artes em Portugal, faltando um ano para terminar seu curso superior na Universidade do Porto, pensou em aproveitar os estudos para ingressar em uma faculdade em Curitiba. No entanto, não conseguiu equivalência de estudos de nível médio e superior. Durante dois anos seguiu os trâmites burocráticos recomendados pelas instituições educacionais, mas nada obteve. Então, diante de uma burocracia infrutífera, começou a trabalhar em uma empresa de suprimentos alimentares, realizou exames supletivos — substitutivos da educação básica — e, neles aprovada, entrou novamente na faculdade. Desta vez, porém, no curso de Nutrição, em que obteve sua graduação. No momento da realização da entrevista, Manuela era a feliz proprietária de um restaurante especializado em comida portuguesa, localizado em bairro central na cidade, estando em fase inicial de instalar uma pequena empresa de congelados.

Os trâmites burocráticos pelos quais, sem sucesso, passaram os entrevistados, para validação de estudos realizados no exterior, eram previstos na educação brasileira durante a vigência do Decreto-Lei nº 4.244,

de 09 de abril de 1942 (BRASIL, 1942) e da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961).

De acordo com o artigo 68, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 4.244/1942, que vigorava no Brasil quando Manuel aqui chegou, a revalidação de certificados de ensino secundário conferidos por estabelecimento estrangeiro era permitida, “uma vez satisfeitas as exigências de adaptação relativamente ao plano de estudos da presente lei”. Foram essas exigências de adaptação que Manuel não conseguiu cumprir e que lhe impediram a revalidação dos estudos feitos no ginásio português.

No caso de Manuela, a Lei nº 4024/1961, em seu artigo 100, com nova redação dada pela Lei nº 7.037, de 1982, estabelecia que “a transferência de alunos, de uma para outra instituição de qualquer nível de ensino, inclusive de país estrangeiro, será permitida de conformidade com os critérios” que fossem estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação, em se tratando de instituição vinculada ao sistema federal de ensino. Manuela, ao tentar revalidar seus estudos realizados na Universidade do Porto, não conseguiu atender aos critérios propostos pelo sistema.

Analisando esse processo de forma breve, o primeiro aspecto a ser destacado é a distinção entre equivalência de estudos e revalidação de diplomas. Para tanto, remetemo-nos a documentos legais atuais, em vigência na data desta pesquisa.

De acordo com o Parecer CNE/CEB 18/2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação “a equivalência é um processo que supõe previamente uma comparação qualitativa entre componentes curriculares de cursos diferentes para efeito de avaliação e classificação de nível e de grau”. Quando a correspondência é de igual valor, mesmo no caso de nomenclatura diferente para conteúdos idênticos ou bastante análogos, atribui-se a estes componentes curriculares a equivalência dos estudos ou dos créditos pretendidos. Neste caso, vale a autonomia dos sistemas e dos estabelecimentos escolares para efeito de reclassificação, tendo como base as normas curriculares gerais, como diz a LDB no § 1º do art. 23 (BRASIL, 2002, p. 3).

No caso de revalidação de diplomas, trata-se de um ato oficial pelo qual certificados e diplomas emitidos no exterior e válidos no país de origem tornam-se equiparados aos emitidos no Brasil e assim adquirem o caráter legal necessário para a terminalidade e consequente validade nacional e respectivos efeitos (BRASIL, 2002).

É ainda o Parecer CNE/CEB 18/2002 que complementa: “A equivalência de estudos feitos fora do país e a revalidação de certificados de conclusão de Ensino Médio emitidos por país estrangeiro, reitere-se, são de competência privativa da União para terem aqui validade” (BRASIL, 2002, p. 3).

Para que os documentos produzam efeitos legais, é necessário um conjunto de formalidades obrigatórias. Assim,

[...] respeitadas as formalidades inscritas nos acordos ou convênios culturais de reciprocidade bilateral próprios das vias diplomáticas, certificados e diplomas que necessitem de revalidação, sê-lo-ão por autoridade oficial competente no país. A reciprocidade, entenda-se, vale tanto para os casos em que um país exija explicitamente a revalidação de Ensino Médio feito no Brasil, quanto para os que subentendem plena validade de certificados de conclusão sem exigências específicas de adaptação. Quando for o caso, o ato revalidador dos certificados pode exigir a análise prévia dos estudos realizados no exterior para efeito de equivalência (BRASIL, 2002, p. 4).

A formalização conclusiva da revalidação, sempre respeitado o teor dos acordos culturais celebrados entre o Brasil e outros países, cabe aos poderes públicos dos respectivos sistemas, que são autônomos e capazes para normatizar mais especificamente o assunto.

No caso dos estudos em nível médio ou médio profissionalizante, de competência dos Estados, a Secretaria de Estado da Educação, por meio de seu Conselho Estadual de Educação, analisa a documentação apresentada com o objetivo de verificar se os estudos realizados atendem aos padrões brasileiros.

De um modo geral, o candidato à equivalência deve apresentar o histórico escolar, o diploma e outros comprovantes dos estudos realizados no exterior, com sua autenticidade legalizada pela autoridade consular do Brasil no exterior e o pagamento dos emolumentos.

É necessária também a tradução oficial dos documentos escolares, por tradutor juramentado. No caso dos entrevistados, como se trata de país com a mesma língua, não houve necessidade de se atender a essa etapa. O documento de identidade do requerente deve ser apresentado, também.

O ato de reconhecimento da equivalência dos cursos de nível médio é publicado no Diário Oficial do Estado e é requisito para o regular ingresso do interessado em curso superior.

Se, nas primeiras décadas do século XXI, as formalidades para equivalência de estudos e revalidação de diplomas (as mencionadas acima), num momento em que ocorre maior abertura do país do ponto de vista educacional, nas décadas de 1950 e 1990, quando os entrevistados buscaram essa possibilidade, as dificuldades eram maiores. A começar do processo inteiramente físico, sem o apoio da informática, que era utilizado para a tramitação documental.

Considerações finais

Os imigrados de Portugal para o Brasil na segunda metade do século XX encontraram um país repleto de oportunidades ligadas ao comércio e à indústria, mas, ao mesmo tempo, dificuldades legais que os impediram de validar seus estudos realizados em nível médio e superior para a eles dar continuidade no Brasil.

A análise da legislação atual a respeito de equivalência de estudos e da validação de diplomas, por si só demonstra que a tramitação processual é complexa. À época em que os sujeitos da pesquisa a realizaram, dadas as condições históricas e operacionais então existentes, essa complexidade seguramente era maior. Outras condições, no entanto, se

manifestaram favoráveis, lhes possibilitando a habilitação para uma profissão e uma vida condigna.

O imigrante que se dispôs a viver numa terra estranha, dando a esta a força de seu trabalho e o vigor de sua inteligência, mereceria enfrentar condições que pudessem facilitar a continuidade de seus estudos e não óbices quase intransponíveis. A história de vida dos participantes, no que se refere à questão do reconhecimento de estudos em país diverso daquele em que foram realizados, permite-nos aquilatar parte dos desafios que enfrentaram ao chegar ao Brasil.

Referências

ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUDIN, L. *Traité d'Économie Politique*. Vol. II. Paris: Dalloz, 1957.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. Diário Oficial da União de 10.04.1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 nov. 2014.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União* de 27.12.1961. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 09 nov.2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. *Parecer CNE/CEB 18/2002*. Consulta sobre equivalência de estudos em cursos realizados no exterior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB018_2002.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

CEPEDA, F. J. T. *Emigração portuguesa: um fenómeno estrutural*. Bragança/Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 1995.

- CURITIBA. Educação. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1975.
- EVANGELISTA, J. *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: I.N.E, 1971. Publicação do Centro de Estudos Demográficos.
- FERREIRA, M. de M. “História, tempo presente e história oral”. *Topoi*, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 314-332.
- GODINHO, V. B. de M. *Ensaio e estudos – uma maneira de pensar*. v. I. Lisboa: Sá da Costa Editora, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Tendências demográficas no período 1940/2000*. IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf>. Acesso em: 10 nov.2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC *História do planejamento urbano de Curitiba – 35 anos de IPPUC*. Curitiba: IPPUC, 2002a.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. *Curitiba – Planejamento um processo permanente*. Curitiba: IPPUC, 2002b.
- JULIA, D. “A cultura escolar como objeto histórico”. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, Campinas, jan./jun.2001, p. 9-43.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- PASCKES, M. L. N. de A. “Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (sécs. XIX e XX)”. *Revista História*, n. 123-124, São Paulo, p. 35-70, ago./jul., 1990/1991.
- RIBEIRO, J. S. *Métodos e técnicas de investigação em antropologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 2003.
- ROCHA-TRINDADE, M. B.; CAEIRO, D. *Portugal – Brasil: migrações e migrantes 1850-1930*. Lisboa/ Portugal: Edições Inapa, 2000.

SOCIEDADE Portuguesa 1º de Dezembro. *Estatutos*. Disponível em: <<http://www.sociedadeportuguesa.com.br>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: IBGE, *Brasil 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 62-77.

Entrevistas

Entrevistado Manuel. Entrevista realizada em 15 de agosto de 2014, na cidade de Curitiba. Entrevistadora: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira.

Entrevistada Manuela. Entrevista realizada em 20 de outubro de 2014, na cidade de Curitiba. Entrevistadora: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira.

Recebido: 05/10/2016

Received: 10/05/2016

Aprovado: 25/11/2016

Approved: 11/25/2016